



## CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

---

### ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

# FLASH

# 8186

**Presidente da Mesa Diretora:** Valcir Soares da Silva

**Espécie:** Projeto de lei

**Categoria:** Não votados ou não tramitados

**Autoria:** Cláudio Rodrigues

**Data:** 19/04/2011

**Descrição Sumária:** PROJETO DE LEI Nº 67/2011. (NÃO VOTADO). Altera o caput do artigo 103 da Lei nº 3.175, de 23/12/2003, que dispõe sobre o Estatuto do Servidor Público de Montes Claros, e dá outras providências.

**Controle Interno – Caixa:** 26.6

**Posição:** 52

**Número de folhas:** 05

---

Espécie: PL  
Categoria: Não votado  
Cl: 26.6  
Ordem: 50  
nº fls: 03



# Câmara Municipal de Montes Claros

## PROJETO DE LEI Nº 67/2011

AUTOR:

Ver. Cláudio Rodrigues de Jesus

ASSUNTO:

**Altera o Caput do Artigo 103 da Lei Municipal nº 3.175/2003 e dá Outras Providências.**

### MOVIMENTO

Entrada em 19/04/2011  
Comissão de Legislação e Justiça.

- 1 - \_\_\_\_\_
- 2 - \_\_\_\_\_
- 3 - \_\_\_\_\_
- 4 - \_\_\_\_\_
- 5 - \_\_\_\_\_
- 6 - \_\_\_\_\_
- 7 - \_\_\_\_\_
- 8 - \_\_\_\_\_
- 9 - \_\_\_\_\_
- 10 - \_\_\_\_\_

As comissões  
26/04/2011  




## Câmara Municipal de Montes Claros

PROJETO DE LEI Nº. **67**, DE 25 DE ABRIL DE 2011.

ALTERA O *CAPUT* DO ARTIGO 103 DA  
LEI MUNICIPAL Nº. 3.175/2003 E DÁ  
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Povo do Município de Montes Claros/MG, por seus representantes na Câmara Municipal, aprovou e eu, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte Lei.

**Art. 1º.** O *caput* do artigo 103 da Lei nº. 3.175/2003 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 103 - Será concedida licença à servidora gestante, por 180 (cento e oitenta) dias consecutivos, sem prejuízo da remuneração”.

**Art. 2º.** Durante o prazo de prorrogação da licença-maternidade, a servidora não poderá exercer atividade remunerada, e a criança não poderá ser mantida em creche ou instituição similar.

**Parágrafo único.** Caso descumpra o disposto no *caput* deste artigo, a servidora perderá o direito à prorrogação.

**Art. 3º.** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Montes Claros/MG, 25 de abril de 2011.

  
**Cláudio Rodrigues de Jesus**  
Vereador

PROTOCOLO	
<input type="checkbox"/> EXP.	<input checked="" type="checkbox"/> DEC.
25/04/2011	
HORA: 17h	
ASS: 	





# CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

## ASSESSORIA LEGISLATIVA

**PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 067/2011 que "Altera o *caput* do artigo 103 da Lei Municipal 3.175/2003 e dá Outras Providências.", de autoria do Vereador Cláudio Rodrigues de Jesus.**

Projeto de Lei enviado à Assessoria Legislativa da Câmara Municipal de Montes Claros –MG, para análise de sua constitucionalidade, legalidade e forma técnica de redação.

O projeto sob comento tem como finalidade o aumento do tempo da licença à servidora pública municipal gestante passando para 180 (cento e oitenta) dias.

Dispõe os incisos I e II do Art. 51 da LOM:

Art.51 - São de iniciativa exclusiva do Prefeito, as leis que disponham sobre:


- I - criação, transformação ou extinção de cargos, funções ou empregos públicos, na Administração Direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;
- II - servidores públicos, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria;

Assim, ao nosso sentir, o projeto em questão estaria ferindo o citado diploma legal.

Em face ao exposto, o Projeto de Lei fere e contraria as disposições constitucionais e seus princípios, pelo que é o mesmo Inconstitucional e Ilegal.

É o parecer, sob censura.

Montes Claros, 28 de abril de 2011.

  
Luciano Barbosa Braga  
Assessor Legislativo





## **Câmara Municipal de Montes Claros - MG**

### **COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO**

#### **PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 67/2011**

**AUTOR: Vereador Cláudio Rodrigues de Jesus**

**MATÉRIA: “Altera o Caput do art. 103 da Lei Municipal nº 3.175/2003 , e dá Outras Providências.”**

#### **I- RELATÓRIO**

A proposição foi distribuída à Comissão de Legislação, Justiça e Redação em 26/04/2011, com entrada na Sala das Comissões no dia 28/04/2011.

Compete a esta Comissão, nos termos regimentais, emitir parecer sobre a legalidade, constitucionalidade e forma técnica de redação do projeto.

#### **II – FUNDAMENTAÇÃO**

O presente projeto tem como finalidade prorrogar o prazo da licença-maternidade para 180 (cento e oitenta) dias.

Convém ressaltar que a Lei Federal 11.970 de 09 de setembro de 2009, autoriza a administração pública, direta, indireta e fundacional, a instituir programa que garanta prorrogação da licença-maternidade para suas servidoras.

Entretanto, a iniciativa para regulamentar tal matéria é de iniciativa exclusiva do Executivo Municipal, por se tratar de normas administrativas referentes ao servidor público e gerar despesas para a Administração.

Sendo assim, esta Comissão entende que a presente proposição incide em vício de iniciativa, contrariando normas legais e/ou constitucionais.

#### **III – CONCLUSÃO**

Pelo exposto, esta Comissão conclui pela ilegalidade e inconstitucionalidade do referido projeto de lei.

Sala das Comissões, 13 de maio de 2011.

Presidente: Ver. Antônio Silveira de Sá

Vice- Presidente: Ver. Athos Mameluque Mota

Suplente: Ver. João de Deus Pereira Gusmão